

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO ATUAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Rodrigo Coutinho Andrade

(Doutorando em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc-UFRRJ); Professor Assistente do Departamento de Geografia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (DEGEO-UFRRJ); Membro do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS-UFRRJ).

E-mail: rodrigoandrade@ufrj.br

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país atravessa um processo de reestruturação programática não destoante de sua condição histórica, abarcando tanto a gestão das políticas públicas para essa modalidade de ensino, quanto a redefinição das finalidades formativas. Entretanto, ao mesmo tempo em que observamos os incentivos para o impulso da EJA no Brasil, vide as metas oito, nove e dez do atual Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), identificamos progressivamente a redução da oferta dessa modalidade de ensino em todas as escalas, a descontinuidade dos estudos e a focalização da escolarização no segmento demográfico jovem. Neste sentido, temos como objetivo analisar as contradições da materialização das políticas públicas para a EJA ante as prescrições e intencionalidades em curso, com foco sobre a nona meta do atual PNE. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo bibliográfico-documental. A pesquisa se delimita, de acordo com o recorte histórico e geográfico do estudo, ao exame da elaboração do PNE, tomando o primeiro biênio como base para a elucidação das premissas levantadas. Previamente podemos concluir, por meio da análise estatística, que ocorre progressiva setorialização da EJA para a população jovem, combinada à precariedade da oferta de modo intrínseco aos derivados sociológicos e geográficos.

Palavras-chave: EJA; PNE; Políticas Públicas; Analfabetismo.

Introdução

A análise estatística da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país, assim como o exame de sua historicidade, demonstra a insuficiência das políticas públicas para essa modalidade de ensino ao longo dos últimos anos no que tange à oferta, como refletido nas ambições expostas no atual Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), com destaque para a nona meta. Isto pode ser verificado no expressivo número de analfabetos, semianalfabetos e analfabetos funcionais acima de 15 anos¹, assim como na incompletude da Educação Básica no mesmo segmento etário. Acreditamos que tal fato é resultante das políticas focalistas dos últimos anos, derivadas principalmente dos determinantes

¹ Tomamos essa faixa etária acordados ao Parecer CNE/CEB Nº 06/2010, que após amplo debate e revisão dos pareceres anteriores, especificou o ingresso na EJA, assim como a prestação dos exames de certificação, a partir dessa idade.

internacionais² para a educação brasileira, e da ignorância da particularidade identitária ante à oferta de escolarização para a classe trabalhadora demandante da EJA, refletido historicamente em sua estruturação, na limitação do financiamento – vide sua ausência no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e no fator de ponderação do O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) –, assim como nos modelos em que os programas para essa modalidade de ensino se constituíram ao longo do processo histórico, que programaticamente mantém a EJA em sua premissa histórica precária, aligeirada, descontínua e excludente.

Alcançamos tal premissa ao analisarmos, por meio dos dados estatísticos oficiais, a focalização da modalidade de ensino para a população jovem, a contínua condição precária balizadora das políticas sociais para a erradicação do analfabetismo, e a tentativa frustrada de equiparação geográfica, socioeconômica e étnico-racial da escolaridade. Neste sentido, o presente estudo tem como finalidade examinar a nona meta do plano em vigor, que objetiva a ampliação da taxa de alfabetização da população acima de 15 anos para 93,5% até o ano de 2015, com vistas à erradicação do analfabetismo no término da vigência do PNE – 2024 –, assim como a redução do analfabetismo funcional para 50% da população.

Contudo, para além da apresentação dos limitantes do objetivo em voga, realizaremos o exame qualitativo da demanda pela EJA no Brasil nos dias atuais, ressaltando suas predileções geográficas e sociológicas. Para tal, nos ancoramos em dados estatísticos oficiais para o apontamento da demanda e oferta da EJA no país. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa bibliográfico-documental, delimitada historicamente nos dois primeiros anos de vigência do atual PNE.

As metas do Plano Nacional da Educação (2014-2024) para a EJA

O atual PNE (2014-2024), o segundo aprovado institucionalmente, foi sancionado sem vetos, materializando-se por meio da Lei N° 13.005/2014 (BRASIL, 2014), atendendo a

² Tal expressão tem como finalidade aglutinar as resoluções, deliberações e recomendações dos organismos internacionais, de caráter intersetorial, no contexto de ajuste estrutural macroeconômico, que incidiram na sedimentação das políticas educacionais no Brasil. Neste caso, nos referimos explicitamente à Declaração Mundial de Educação para Todos – Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) –, que apesar de expor a demanda educacional para a população jovem e adulta na escala global, reitera o enfoque para a escolarização das crianças em seu período regular, assim como sua base político-pedagógica exposta no Relatório Delors (UNESCO, 1996). Soma-se a isso, no caso brasileiro, as ações dos intelectuais orgânicos do capital, como a declaração de Claudio Moura e Castro, então consultor do Banco no Brasil: “Alfabetizar adultos é um suicídio econômico; um adulto que não sabe ler já se adaptou a esta situação” (CASTRO, 1993, p. 50). (83) 3322.3222

redação do Artigo Constitucional Nº 214, que mais tarde fora alterado pela Emenda Constitucional Nº 59/2009 (BRASIL, 2009). Seu objetivo concerne principalmente na formação do Sistema Nacional de Educação (SNE), por meio da redefinição do pacto federativo, assim como a instituição das diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira no período discriminado. Sinteticamente suas ações se balizam na

[...] Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2014, p. 1).

Contando a partir de então com grande fatia dos recursos advindos dos royalties do petróleo para o setor, com a finalidade de concluir as metas do PNE, de acordo com a Lei Nº 12.858 de nove de setembro de 2013, encontra-se nos dias atuais em um processo de revisão diante do não cumprimento das metas para o primeiro biênio. Isto decorre das medidas de ajuste fiscal ao longo dos últimos anos, tendo como força motriz, sob a ótica do capital, o equilíbrio das contas governamentais, sacramentado pelo Projeto de Emenda Constitucional Nº 55/2016.

Diante disso, os diagnósticos realizados até então pelas organizações da sociedade civil destoam dos signos expostos no período de confecção do plano, apontando de todo modo a insuficiência orçamentária para o alcance das metas em curto prazo³, assim como em sua completude no ano de 2024. Em relação à EJA, se observa sua abrangência nas metas oito, nove e dez⁴, abarcando a necessária elevação da alfabetização, escolarização e integração da mesma ao ensino profissional⁵, perpassando a mesma diagnose das demais metas.

³<http://educacaointegral.org.br/reportagens/nenhuma-das-metas-do-pne-que-vence-ate-2016-sera-cumprida-plenamente/> (Acesso em 25 de agosto de 2017).

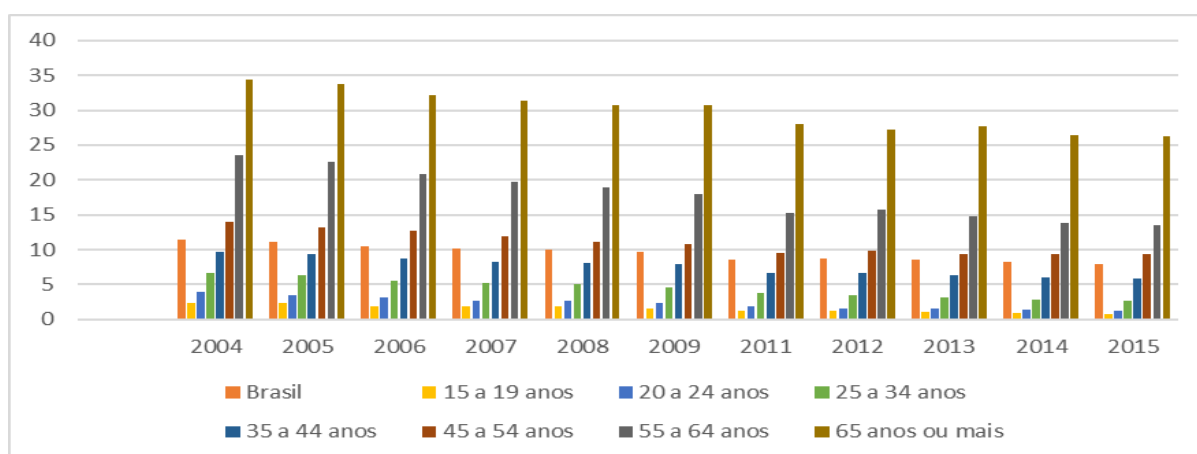
⁴ Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional; meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

⁵ De modo geral, o consenso para tais metas e estratégias foram firmados na Carta de Natal, tendo como slogan o “Compromisso Todos pela EJA” no processo de elaboração da *Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos* (BRASIL, 2008), que mais tarde aglutinaria as teses da VI CONFINTEA e o Marco de Ação de Belém (UNSECO, 2010). (83) 3322.3222

Análise estatística da EJA no primeiro biênio do PNE (2014-2024)

No primeiro momento analisaremos os dados educacionais absolutos, que apresentam redução total e percentual de analfabetos, com tendência ao decréscimo do ritmo ou estagnação após o ano de 2011. Além disso, outra conclusão sintomática é a dispersão do analfabetismo, ou sua ampliação após o setor demográfico jovem, que demonstra de modo incisivo a necessária inversão da lógica da oferta setorial da EJA, além do não cumprimento da elevação da taxa de alfabetização da população acima de 15 anos para 93,5% em 2015, diante da presença de 8% de analfabetos no mesmo ano.

Figura 1- Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade (%) – 2004-2015.



Fonte: IBGE (2015)

No segundo momento cabe qualificar os dados de acordo com as particularidades das regiões político-administrativas do país. Sobre isso, destacamos inicialmente que ocorre o desequilíbrio quantitativo inter-regional, que converge ao conceito de região concentrada (SANTOS; RIBEIRO, 1979), determinando os precedentes da modernização excludente do país ao longo dos séculos XIX-XX.

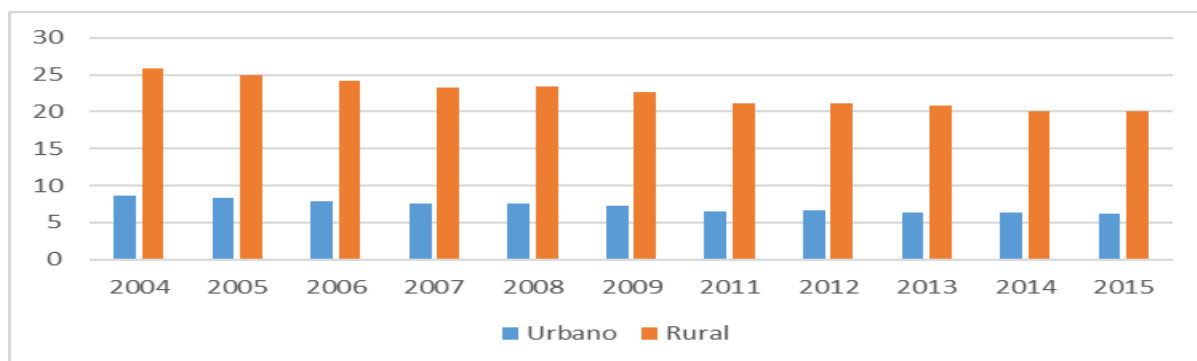
Tabela 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo as regiões político-administrativas - 2015

	Média	C.V. (%)
Norte	9,0	2,9
Nordeste	16,3	1,8
Sudeste	4,5	2,4
Sul	4,2	4,2
Centro-Oeste	6,4	3,7

Fonte - IBGE (2015).

Além de observamos a discrepância regional de acordo com as considerações realizadas, a tabela acima nos oferece outro elemento indissociável da análise. O coeficiente de variação (C.V.) demonstra a supressão paradoxal do analfabetismo no país ante à demanda, vide a expressão quantitativa das regiões norte e nordeste em comparação às demais. Além disso, pontuamos que além do baixo indicativo, ocorre a tendência de estagnação, ou redução, se analisarmos coeficiente de variação desde 2009. A mesma tendência pode ser verificada no PNAD de 2015, com a ampliação de 0,1% analfabetos na região norte e 0,3% no coeficiente de variação, e redução 0,4% de analfabetos na região nordeste com o declínio de 0,2% no coeficiente, em comparação ao acréscimo do mesmo vetor nas demais regiões.

Figura 2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio (%) 2004 – 2015.

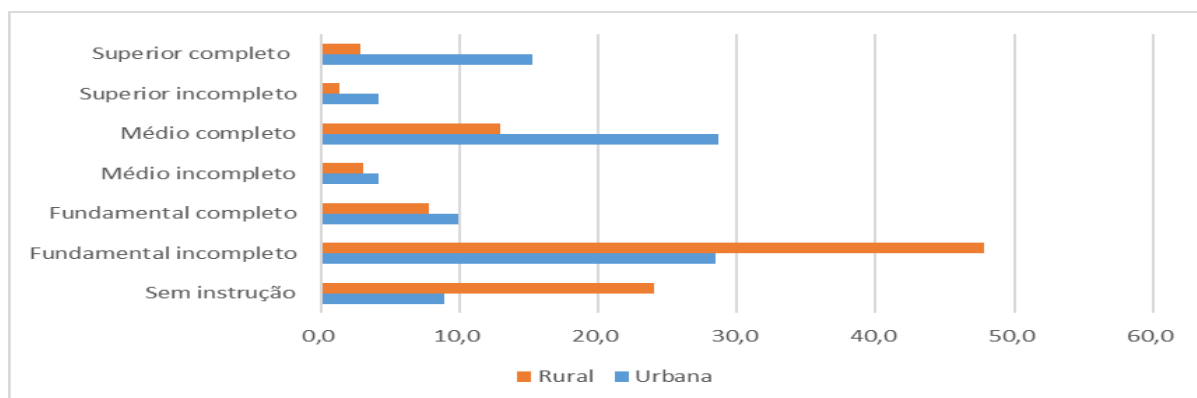


Fonte: IBGE (2015)

No terceiro momento do estudo, ressaltamos a demanda da EJA de acordo com a condição geográfica, tomada pelo plano como a diferenciação espacial entre campo e cidade. No ano de 2015, 6,2% da população urbana se encontrava em situação de analfabetismo, enquanto no espaço rural os dados indicam que 20% de sua população estava em tal condição. No entanto, cabe ressaltar uma regressão desse quadro, também com estagnação a partir de 2011, no mesmo momento em que as matrículas da EJA passam a sofrer retração na escala nacional, como veremos posteriormente.

Acrescemos a análise outros vetores comparativos para chegarmos a mesma conclusão, de que as pessoas residentes no campo têm, em números significativos e de acordo com a variação etária, reduzida escolarização quando comparados aos cidadãos. No caso da população acima de 25 anos a disparidade é significativa, pois no campo a média é de 4,7 anos de escolaridade, em contraposição aos 8,4 na cidade.

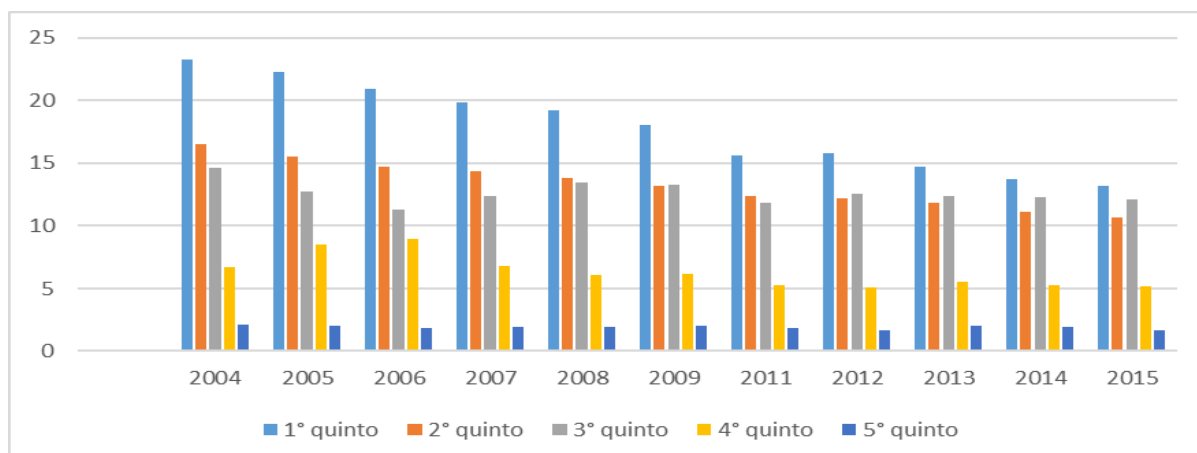
Figura 3 - Nível de ensino das pessoas de 25 anos ou mais de idade por situação domiciliar - 2015



Fonte: IBGE (2015).

O que observamos de modo explícito é a intensa demanda das pessoas residentes no espaço rural por todos os níveis e modalidades de ensino, que de modo antagônico ao equivalente geográfico apresenta, em idade superior ao considerado adequado para a completude da Educação Básica, aproximadamente o dobro do quantitativo. Em 2015, 82,7% da população acima de 25 anos do campo não havia concluído o Ensino Básico, enquanto os residentes da cidade, na mesma condição etária, somavam 42,5%.

Figura 4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento (%) 2004-2015.



Fonte: IBGE (2015).

A quarta etapa da análise quantitativa do analfabetismo se destina à condição socioeconômica dos habitantes do país, considerada pelo PNAD-IBGE por meio dos quintos de rendimento⁶. Tal fator analítico indica de modo claro a condição classista de escolarização

⁶ Categorização realizada pelo IBGE para a classificação da população de acordo com a faixa salarial. O primeiro quintos representa a percentagem demográfica com menores rendimentos, ascendendo progressivamente até a quinta fração.

no país, como resultante do processo histórico que consolidou a dualidade escolar como ente estrutural das políticas educacionais. Com base nos dados acima afirmamos que quanto mais próximo ao quinto de rendimento inferior, menor é a expectativa de supressão do analfabetismo nos últimos anos, indicando de modo incisivo a demanda para a EJA. Se qualificarmos os dados em equiparação às regiões político-administrativas, observamos que não há significativo desvio percentual, ou qualquer dinâmica estatística que reitere maiores considerações.

Tabela 2 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentam instituição de ensino, por quintos de rendimento mensal domiciliar per capita nacional, segundo as Grandes Regiões - 2015

	Total	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	29,5	47,8	37,5	29,7	19,6	9,1
Norte	32,3	43,9	37,0	26,9	18,6	9,7
Nordeste	34,5	48,5	36,2	25,5	15,2	5,6
Sudeste	24,9	45,7	35,0	28,7	18,0	8,3
Sul	30,9	57,5	47,7	41,1	25,9	11,6
Centro-Oeste	29,3	52,9	43,8	33,7	23,3	11,0

Fonte: IBGE (2015)

Estamos desse modo comprovando a insuficiência histórica das políticas educacionais para a garantia da alfabetização, reiterando que o mesmo se repete na escolarização básica da população jovem e adulta, indicando o ritmo tímido e insuficiente para a resolução da exclusão educacional, que carrega consigo outra marca histórica da formação social do país, o racismo. Este, que segundo Ianni (2004, p. 286) é o reflexo das barreiras históricas da formação econômico-social do Brasil, ainda carrega, no processo de redemocratização, elementos estruturais do passado em seu âmago, por não operar de modo profícuo sua condição sociológica de horizontalidade na transição para o trabalho livre, reiterando a perpetuação das representações sociais sobre a população preta ou parda, e o seu tratamento de modo assimétrico em todas as esferas da vida e, portanto, da educação.

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação – 2014-2015.

	2015		2014	
	média	CV(%)	média	CV(%)
Branca	4,9	1,9	5,0	1,9
Preta ou parda	10,6	1,2	11,1	1,3

Fonte: IBGE (2015).

Sobre a análise estatística da demanda de escolarização no país, que corresponde à nona meta do PNE, que tem a intenção de erradicação

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

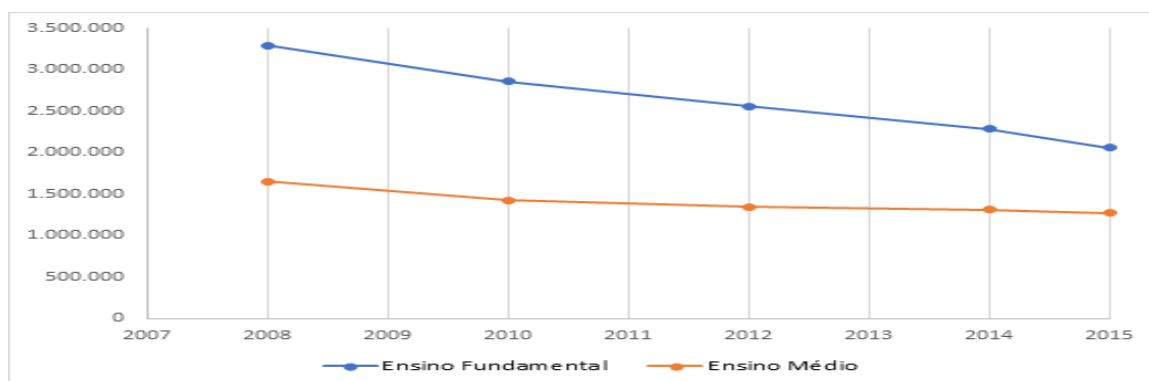
do analfabetismo, principalmente em relação equiparada entre negros e não negros declarados ao IBGE, os dados são os que apresentam a maior disparidade entre os demais. Pois além da população preta ou parda corresponder a mais que o dobro de analfabetos de cor-raça branca, seu coeficiente de variação é menos expressivo em todos os níveis de ensino (INEP, 2015).

Análise da oferta da EJA

Segundo os dados do Censo Escolar, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matrículas da EJA apresentam redução ao longo da última década, assim como o número de estabelecimentos de ensino, em especial as que ofertam o Ensino Fundamental, o que torna o fato ainda mais grave. Comparado aos demais níveis e modalidades de ensino, a EJA dentre os anos de 2008 e 2015 é o segmento educacional que apresenta maior decréscimo do número de escolas. Enquanto a variação total abarca a redução de 5,6% de instituições de ensino para a Educação Básica no Brasil, a EJA computa em seis anos o indicador negativo de 15,3%, aproximadamente o triplo.

Ao mesmo tempo a EJA, em contraposição à Educação Básica de caráter regular em todas as suas etapas, assim como o Ensino Superior, apresenta de maneira ascendente o protagonismo da rede pública, ao contabilizar 96% das matrículas no ano de 2015 (INEP, 2015), em contraposição à participação da oferta privada em outros setores, que reflete outra tendência da oferta da EJA ao longo das últimas décadas. Ou seja, essa modalidade de ensino tem majoritariamente, ou quase sua totalidade, o caráter público.

Figura 5 - Evolução do número de matrículas na EJA no Brasil - 2008/2015.

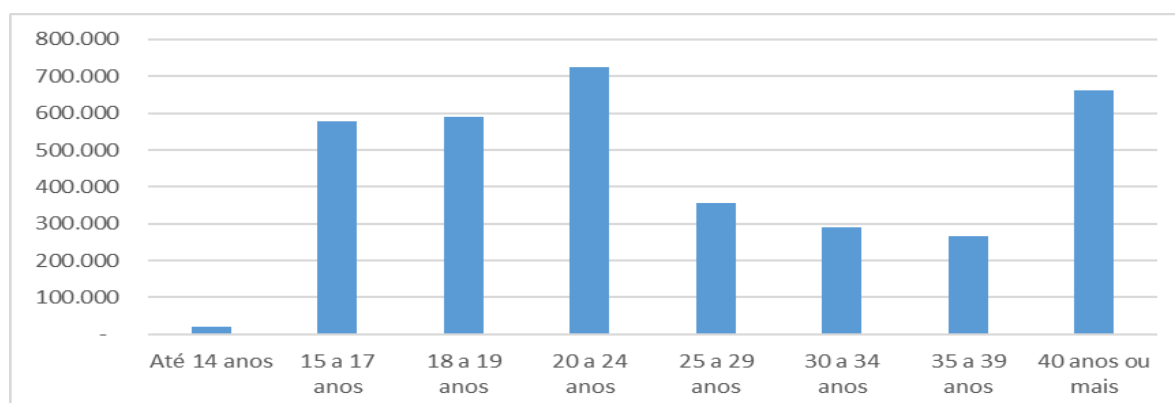


Fonte: INEP (2015).

De modo geral, a análise estatística nos apresenta a disparidade entre a oferta e a demanda com tendência à juvenilização, redução progressiva do número de matrículas de

modo intencional, e ao mesmo tempo a descontinuidade dos estudos.

Figura 6 - Número de Matrículas na EJA por Faixa Etária - 2016



Fonte: INEP (2016).

Em relação à situação geográfica, vimos anteriormente que 20% da população acima de 15 anos residente no campo é analfabeta, e 6,2% dos cidadãos no mesmo segmento demográfico não tem qualquer escolarização. Em 2014 isso representava em números absolutos 4.565.089 pessoas no espaço rural, e 8.605.253 residentes da cidade. Quando confrontada a demanda com o número de matrículas, desconsiderando a etapa escolar no qual os estudantes se encontram, alcançamos as mesmas conclusões acima, a ineficiência da oferta da EJA diante do fator geográfico.

Tabela 4 - Número de Matrículas EJA segundo a situação domiciliar por regiões político-administrativas - 2016

	Total	Urbana	Rural
Brasil	3.482.174	3.106.567	375.607
Norte	418.396	347.695	70.701
Sudeste	1.119.025	1.091.251	27.774
Nordeste	1.330.079	1.073.242	256.837
Sul	383.155	377.870	5.285
Centro-Oeste	231.519	216.509	15.010

Fonte: INEP (2016).

Em dados percentuais, podemos afirmar que as matrículas no espaço rural não abrangem 8% da demanda bruta em relação aos analfabetos, com destaque negativo para a região nordeste. Enquanto na cidade, que apresenta a maior parcela das matrículas na modalidade, perpetua a insuficiência ante o quantitativo apresentado. A mesma proporção do analfabetismo pela variação cor-raça, seguindo as considerações realizadas pela demanda de caráter percentual, reproduz as mesmas conclusões

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

anteriores de acordo com a matrícula na modalidade de ensino.

Tabela 7 Número de matrículas da EJA de acordo com a raça-cor e sua distribuição por sexo – 2016⁷.

	Total	Não Declarada	Branca	Preta	Parda
Mulheres	1.682.293	656.026	279.890	87.301	640.745
Homens	1.799.881	731.902	285.120	98.563	666.447
Total	3.482.174	1.387.928	565.010	185.864	1.307.192

Fonte: INEP (2016).

Em relação à demanda absorvida, diante dos 9.161.529 pretos e pardos analfabetos e 3.610.111 brancos na mesma condição intelectual, observa que a oferta não aparente desproporção, sendo 15,6% da população branca matriculada ante à demanda bruta, e 16,2% de negros e pardos matriculados na mesma condição.

Considerações Finais

Observamos ao longo do estudo que as políticas públicas para a EJA se encontram de modo paradoxal à totalidade analfabeta demandante. Isto por verificarmos a concentração das matrículas na população jovem, e a redução do ritmo da escolarização mínima da população acima de 29 anos. Isto indica a setorialização dessa modalidade de ensino ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, apontamos a insuficiência das políticas educacionais para a meta em questão em curto prazo, assim como o programado para o término do PNE, ratificando o caráter precário da modalidade de ensino, e a continuidade do analfabetismo ao longo dos próximos anos.

Entretanto, com a intenção de extrair as concepções abstratas sobre a questão imanente da meta nove, identificamos a peculiaridade do analfabetismo no território nacional, assim como nas derivações sociológicas e étnico-raciais. Sobre o primeiro, expomos que sua concentração reside de modo mais abrupto na região nordeste, seguido pela região norte, corroborando o conceito de Região Concentrada (SANTOS; RIBEIRO, 1979) e seus determinantes para a divisão territorial do trabalho. Em relação à comparação entre campo e cidade, o mesmo reflete o modo desigual e combinado no qual a formação social brasileira se consolidou, logrando para o campo os fluidos mais conservadores presentes ainda nos dias atuais, que impactaram a escolarização da sociedade rural.

⁷ Descartamos para efeito de comparação a população indígena e amarela.

Para a ratificação da desigualdade social no país, fruto de sua estruturação em classes, grafadas historicamente pelo passado colonial-escravista, exibimos a disparidade em relação ao analfabetismo entre as categorias de diferente rendimento, assim como a população negra-parda e branca. Isto ratifica as teses sobre a precarização da modalidade de ensino nos dias atuais, por manter sua oferta de modo tímido ante à demanda qualificada, que se encontra no campo, nos espaços da população negra-parda e dentre os mais pobres.

Tal cenário se agrava com a falência do Programa Brasil Alfabetizado, combinado à redução das instituições de ensino de EJA, assim como retração do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), devido ao corte orçamentário de 21 milhões, além da extinção das bolsas dos estudantes quilombolas no mês de agosto do presente ano. Com isso, as políticas educacionais caminham na contramão da prescrição ratificada no PNE, indicando de sobremaneira a reprodução da insuficiência dos planos anteriores.

Isto é evidente na estagnação da taxa de analfabetos funcionais dentre 2009 e 2015 em taxas próximas à 27%, sendo a mesma projetada pelo plano para alcançar 13,5% em 2024. Logo, a mesma não apresentou nenhum avanço. Portanto, o cenário para a EJA no PNE é desolador, por conviver cotidianamente com o fechamento de turmas e escolas, a setorialização, o parco financiamento comparado aos demais níveis e modalidades de ensino, e sua especificidade social e geográfica sendo combalida mesmo com os cursos aligeirados.

Referências Bibliográficas

Brasil. **Carta de compromisso com a agenda territorial de desenvolvimento integrado da educação de jovens e adultos no Brasil**. Natal, 12 de setembro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/agenda_cartacompromi_sso.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** (2013), Fundeb: Manual de orientação, Brasília, FNDE. http://mpeduc.mp.br/mpeduc/www2/control_social/arquivos/manual_fundeb_2013.pdf (consultado em 26 de agosto de 2017).

_____. Presidência da República. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/SASE, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá**

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a.

FERREIRA, Livia Andrade. A Avaliação no Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Revista Meta: Avaliação, v. 8, n. 24, p. 410-439, 2016.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 24, n. 1, 2008.

IANNI, Octavio. **Raças e classes no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, 2004 a 2015 - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

Acesso em: 03 de setembro de 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica, 2005 a 2016**. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O conceito de região concentrada**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR, 1979.

SOUZA, José dos Santos. A EJA no contexto das políticas públicas de inclusão de jovens no mercado de trabalho. In: _____; SALES, Sandra R. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: Nau ; EDUR, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, pp. 16-39, set./out./nov./dez., 2003.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

_____. **Marco de Ação Belém**. Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasil: MEC: UNESCO, 2010.